

Encontro das mulheres Cooperativistas no RJ aborda as modalidades de trabalho e o impacto na vida das cooperadas



Debater os principais desafios da mulher no novo mercado de trabalho, que envolve as modalidades híbrida, virtual e presencial. O 2º Encontro das Mulheres Cooperativistas no estado do Rio de Janeiro, promovido pelo Comitê de Gênero Dona Terezita, ocorreu nesta terça-feira (12), na sede do Sistema OCB/RJ, e trouxe um olhar especial para as mães cooperativistas e como as cooperativas podem auxiliá-las a conciliar as atividades de casa e do trabalho.

A abertura do evento contou com a presença da presidente do Comitê, Rosa dos Santos, que agradeceu a presença de mais de 30 pessoas, entre dirigentes e colaboradoras de cooperativas do estado do Rio de Janeiro.

O primeiro painel tratou dos aspectos jurídicos que envolvem as modalidades de trabalho híbrida, digital e presencial. A condução foi da advogada Dra. Aline Silva Marques dos Santos, especialista nas Relações Trabalhista

e Sindicais. Ela abordou algumas ressalvas que existem na legislação

“Os termos trabalho remoto e tele-trabalho são considerados como uma forma de prestação de serviços externa. Ambos os modelos exigem da empresa a formalização deste modo de trabalho por meio de contrato de trabalho. No caso do home office, o termo sequer é citado na legislação. Apesar de toda a animação, as leis ainda não abrangem esses novos modelos e a discussão entre colaborador, gestor e empresa se torna essencial para regulamentar o trabalho presencial, híbrido ou remoto”, explicou.

Na sequência, foram dados exemplos de cooperativas que trabalham em cada uma das modalidades.

Rosa dos Santos, que também preside a Cooperativa dos Cuidadores de Idosos e Doentes Dependentes (Coopidade), falou sobre como é trabalhar na área de saúde, que exige

trabalho 100% presencial e relatou as dificuldades enfrentadas no auge da pandemia.

Luciana Paiva relatou seus compromissos profissionais tanto pela Cooperativa de Produção Audiovisual (Coopas), como pesquisadora e catalogadora de imagens, e debatedora do programa Debate Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) da Rádio Alerj 105,9 FM.

Ana Cláudia Rotondo, Gerente de Gente e Cultura do Sicoob UniMais Rio, destacou os benefícios da modalidade híbrida, que proporciona flexibilidade para os colaboradores, que podem conciliar as atividades profissionais e os afazeres domésticos.

“É preciso haver maturidade na equipe para que o trabalho flua, além de uma infraestrutura mínima para trabalhar de casa, como computadores e cadeiras e mesas adequadas. Vejo que no híbrido ganhamos qualidade de vida e felicidade no trabalho”.

Daiane Mattos, CEO da LibreCode, uma das maiores cooperativas de Software Livre do Brasil, trouxe a vivência no trabalho exclusivamente de home office.

“Permite aos cooperados terem flexibilidade de horário, elimina o tempo gasto com deslocamento, o que aumenta a produtividade, além de reduzir custos com escritório”, detalhou Daiane, que não defendeu totalmente o modelo remoto.

“Tudo na vida tem um equilíbrio. Há profissões que exigem o presencial. Mas o equilíbrio, associado à tecnologia, pode ajudar as empresas a entenderem qual o melhor caminho a seguir”, disse.

O último depoimento foi da Guilma Viruez, bibliotecária documentalista pela UniRio, e sócia fundadora da DataCoop. A cooperativa, após a pandemia da COVID-19, mudou totalmente para o trabalho remoto. Guilma citou as vantagens dessa modalidade, como flexibilidade de horário e produtividade; falou dos desafios, tais como interrupções e estresse; e das adaptações necessárias, como rotina, disciplina e infraestrutura.



Quer exportar? A OCB te ajuda



Já pensou como seria bom se existisse um manual explicando como a sua cooperativa pode entrar

no mercado internacional? Pois essa já é uma realidade. A OCB acaba de lançar os dois primeiros livros digitais de uma série que tem por objetivo ajudar as cooperativas que planejam iniciar a exportação de seus produtos. E vale destacar que os manuais também são úteis para cooperativas que buscam ampliar suas exportações e para organizações que pretendem se tornar cooperativas.

Para o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, estimular as cooperativas para que exportem é uma forma de fortalecê-las ainda mais e, claro, melhorar os índices econômicos dentro e fora do país.

“Ao exportar, a cooperativa contribui não só para a economia mundial, mas também para a local. Um exemplo é que, em 2020, o cooperativismo foi responsável por 100% das exportações de 74 municípios brasileiros. Ao todo, naquele ano, segundo dados do Ministério da Economia, 451 unidades exportadoras cooperativas, de ramos variados, exportaram ou importaram produtos de forma direta, ou seja, sem utilização de intermediários, como tradings”, enfatiza Márcio Freitas.

VOLUME 1

Primeiros passos para exportação: Este é o nome do primeiro e-book que já está disponível. O material apresenta de forma clara e simples tudo o que você precisa saber para sua cooperativa começar a exportar. Nele você encontra informações sobre escala, embalagens, padronização e outros fatores exigidos pelo mercado internacional que farão toda a diferença na hora de a coop acessar os clientes de fora do Brasil. Para acessar, clique aqui.

VOLUME 2

Estratégia comercial e o marketing para exportação são o tema do segundo e-book da série, que tem por objetivo facilitar o entendimento sobre como funcionam as exportações diretas e indiretas e qual modelo

se encaixa melhor em cada perfil de organização. Além disso, o material também reúne dois estudos de caso que demonstram, na prática, alguns pontos teóricos tratados no manual.



Lei institui política de empreendedorismo para jovens no campo

Nos últimos anos, a sucessão familiar tem se tornado uma pauta frequente nas cooperativas. Hoje, diversos programas do setor buscam preparar o jovem para a administração do campo, unindo valores e práticas familiares, com novas tendências impulsionadas pelo olhar da juventude. Agora, o Governo Federal deu um grande passo para apoiar a sucessão no campo e fortalecer a criação da nova geração de produtores.

Com a meta de preparar os jovens com idade entre 15 e 29 anos para se tornarem agentes de desenvolvimento rural, a Lei 14.666 instituiu a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC). Criada e aprovada pelo Legislativo, a proposta foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada, nesta terça-feira (5), no Diário Oficial da União.

A nova política tem como base a educação empreendedora e a difusão de tecnologias e inovações no meio rural como principais ferramentas para o desenvolvimento sustentável, competitividade econômica e fixação do jovem no campo.

As ações foram estruturadas em quatro eixos: educação empreendedora, capacitação técnica, acesso ao

crédito e difusão de tecnologias no meio rural.

No eixo educativo, o plano busca a inserção do ensino de empreendedorismo, nas escolas rurais, escolas técnicas e universidades, a formação integral do jovem e o estímulo ao protagonismo nas atividades direcionadas ao desenvolvimento do setor.

A capacitação técnica busca levar conhecimento para produção, comercialização e gestão econômico-financeira dos empreendimentos rurais agropecuários, e não agropecuários, como atividades agroextrativistas, florestais, artesanais, de agroturismo, pesca e aquicultura.

Para acesso ao crédito, estão previstas linhas de crédito específicas para jovens do campo e cooperativas formadas por maioria jovem, dentro da faixa etária atendida pelo PNEEJC.

Para a difusão de tecnologia no meio rural, estão previstos investimentos em pesquisas de tecnologias para agricultura familiar e empreendimentos rurais e incentivos financeiros temporários a projetos que apliquem tecnologias de convivência com o semiárido, por exemplo.

Para planejar e coordenar as ações, definir diretrizes e buscar recursos para financiar as ações, está prevista a criação do Comitê de Formação Empreendedora do Jovem do Campo (CFEJ). O grupo será formado por representantes da administração pública direta e indireta e de entidades da sociedade civil.

Iniciativas que se multiplicam

A importância de preparar o jovem para o campo tem sido uma pauta urgente para o cooperativismo, e inúmeras ações tem reverberado em todo o país nos últimos anos. No Paraná, recentemente a lei que transforma colégios agrícolas em cooperativas-escola foi sancionada e já traz resultados. Além de incentivar o cooperativismo como atividade de ensino, a nova lei permite que os

colégios comercializem parte da produção das fazendas-escola. Nessas instituições de ensino profissional os alunos participam de uma série de atividades de agricultura e pecuária, como a produção de grãos, hortaliças, leites e outros produtos. Eles são consumidos pelos próprios estudantes, mas o excedente não poderia ser comercializado até então.

Entre as cooperativas, programas da sucessão familiar tem sido mais frequentes. Recentemente, a Frísia anunciou o seu mais completo programa de sucessão, criando uma segura e profissional continuidade dos negócios dos cooperados e, assim, da cooperativa. São 27 famílias que desenvolvem uma série de atividades, com cronograma de ações previstas para terminar em junho de 2024.

“Temos que ter a responsabilidade como cooperado de que a gente é finito, e a sucessão irá acontecer de uma forma ou de outra. Esse é o nosso papel, estamos com nossos filhos e netos em idade de poder assumir responsabilidades dentro dos negócios da cooperativa e das propriedades. Estamos estimulando o jovem a entender a dinâmica da propriedade e da cooperativa”, afirmou o presidente da Frísia, Renato Greidanus. O programa atende aos anseios das famílias cooperadas, compreendendo que a perenidade da cooperativa passa pela continuidade dos seus negócios. Ele é formado por dois projetos estratégicos: Programa de Governança Familiar e Programa de Formação de Sucessores.

Gerente executivo de Estratégia e Inovação da Frísia, Auke Dijkstra explica que a sucessão familiar não é “abrir uma holding”, assim como não é somente para quem tem muitos bens ou quer parar com a sua atividade. “Não é a holding que vai garantir o sucesso, mas a harmonia entre os integrantes. A sucessão familiar é um processo”, contou Dijkstra. Ele reforça que um dos objetivos do programa é evitar conflito de gestão, assim mesmo aqueles que não tra-

balham no dia a dia da propriedade podem participar de um conselho da família para as tomadas de decisão. Entre outras iniciativas, a sustentabilidade também tem despontado como ferramenta para reforçar o protagonismo do jovem na sociedade, com cooperativas educacionais criando ações de reflorestamento e ainda, a criação de cooperativas que colocam esse grupo nas diversas posições dentro do contexto cooperativo.

O Rio de Janeiro sempre foi o palco principal do cooperativismo!

Vem aí...

3ª CONFERÊNCIA RIO+COOP DE EMPREENDEDORISMO COOPERATIVO

1º de dezembro de 2023
Vivo Rio - 18h

Inscreva-se em:
rio.coop/conferencia

Cooperativismo.
Prosperidade e inovação
fazendo história.

Sistema OCB/RSU Somooscoop

inova.coop Sistema OCB

Curso
METODOLOGIA FAIL FAST

Entenda como a falha pode se tornar uma oportunidade de aprendizado e crescimento

Inscreva-se: capacita.coop.br

Rio
Coop+